

Sumário

1.	Introdução.....	7
2.	As partes interessadas e a gestão adequada de conflitos	11
2.1.	Uma ideia de justiça?	12
2.2.	Um sistema de múltiplas portas?	15
2.3.	O método da resolução alternativa de conflitos e os envolvidos na lide.....	20
3.	O âmbito normativo da cooperação processual no processo civil brasileiro ...	25
3.1.	A cooperação jurídica como norma	26
3.2.	A cooperação como princípio	30
3.3.	A cooperação processual e seu conteúdo	34
4.	Do acesso à justiça	41
4.1.	Acesso à justiça e sociedade.....	46
4.2.	Acesso à justiça e o sistema judiciário.....	52
4.3.	Acesso à justiça pela ótica democrática	54
4.4.	A densidade constitucional do acesso à justiça	59
4.5.	Acesso à justiça e soluções consensuais.....	63
4.6.	Acesso à justiça e materialidade	66
4.6.1.	Acesso à justiça 4.0	66
4.6.2.	Desjudicialização e racionalização da prestação jurisdicional	70
4.6.3.	Justiça multiportas.....	73
4.6.4.	Desjudicialização, liberdade e igualdade	76

5. Negócios jurídicos processuais sobre tutela provisória	81
5.1. O formalismo	82
5.2. O negócio jurídico processual	86
5.3. A tutela provisória	91
6. Osaneamento do processo e sua organização sob a ótica do contraditório participativo	97
6.1. Da organização saneadora	98
6.2. A efetiva participação do contraditório	102
6.3. O compartilhamento do saneamento processual	106
7. Decisão monocrática e controle concreto de constitucionalidade	113
7.1. O controle concreto de constitucionalidade	114
7.2. O controle concreto e sua objetivação	116
7.3. Os precedentes judiciais e a Teoria dos Motivos Determinantes	119
7.4. A reserva de plenário	121
7.5. Da decisão monocrática	123
Conclusões finais	129
Referências	133